

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
DISCIPLINA: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO I
CARGA HORÁRIA: 60 h/a – Período: **2010.2**
Nº. DE CRÉDITOS: 04

SOBRE O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

E AGORA, PORTUGAL?

É preciso esclarecer as informações desconhecidas antes de dar o próximo passo na unificação da grafia do idioma

José Luiz Fiorin (USP)

A língua portuguesa tem dois sistemas ortográficos: um vigora no Brasil e outro, em Portugal e nos demais países lusófonos (Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Timor Leste). Essas duas ortografias são oficializadas por dispositivos legais. No Brasil, a grafia é regida pela lei 2.623, de 21 de outubro de 1955, que restabeleceu a vigência do Formulário Ortográfico de 12 de agosto de 1943, e pela lei 5.765, de 18 de dezembro de 1971. Essa situação de não unidade se deve ao fato de que, logo depois da independência do Brasil, os escritores diziam que não bastava que houvesse uma independência política de Portugal, era preciso também estabelecer uma independência cultural. Por isso, o Brasil nunca reconheceu a autoridade lingüística de Portugal. As divergências ortográficas foram ocorrendo e, desde 1924, procura-se uma ortografia comum. Em 1945, chegou-se a um acordo de unificação, que se tornou lei em Portugal no mesmo ano. No entanto, como o Congresso Nacional Brasileiro não o ratificou, a ortografia brasileira continua a ser regida pelas disposições de 1943.

As diferenças entre as duas ortografias não são substanciais, não impedindo a compreensão dos textos grafados numa ou noutra.

Entretanto, a duplicidade ortográfica dificulta a difusão internacional do português, na medida em que os documentos dos organismos internacionais que adotam o português como língua oficial precisam ser duplicados, pois devem ser publicados numa e noutra ortografia; em que a certificação de proficiência de língua portuguesa não pode ser unificada; em que os materiais didáticos e os instrumentos lingüísticos, como dicionários e gramáticas, produzidos numa ortografia não servem para os países que adotam a outra e assim sucessivamente. Para acabar com essa situação esdrúxula, os países lusófonos assinaram, em 1990, em Lisboa, um acordo ortográfico. Estipulou-se que ele entraria em vigor em 1º de janeiro de 1994, depois de sua ratificação pelos diferentes estados nacionais. Como a ratificação não se deu, conforme se previa, ele não pôde entrar em vigência e se acordou, em 2004, que ele passaria a vigorar depois de ser ratificado por três dos oito países. Até o momento aprovaram o acordo o Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Assim, em princípio, ele está vigente. No entanto, se os outros países não o adotarem, frustra-se a idéia de unificação. Por isso, estamos em compasso de espera.

Equívocos

Nos últimos tempos, diferentes manifestações têm surgido sobre o assunto e mesmo pessoas consideradas especialistas na matéria têm incidido em quatro equívocos. É preciso afastá-los para evitar que toldem nossa apreciação desse objeto.

O primeiro é que se está fazendo uma unificação da língua portuguesa. Isso não é verdade. O que se deseja fazer é uma unificação da ortografia, ou seja, da convenção por meio da qual se representam graficamente as formas faladas da língua, se escrevem as formas da língua. O que se pretende unificar é a escrita e não a língua, que varia de região para outra, de um grupo social para outro, de uma situação de comunicação para outra, de uma faixa etária para outra. A variação é um fenômeno inerente à língua, porque a sociedade em que é falada é heterogênea. É impossível uniformizar a língua. Repetimos, o que se pode e se quer tornar uma é a ortografia.

O segundo equívoco é que a reforma é tímida, dever-se-ia fazer uma mudança radical para simplificar a ortografia e aproximá-la da maneira como falamos. Na verdade, aqui há dois erros. Primeiramente, não se está fazendo propriamente uma reforma ortográfica e sim um acordo de unificação ortográfica e, portanto, atinge basicamente os pontos de divergência das duas ortografias e não faz reforma profunda na maneira de grafar as palavras. Depois, enganam-se os que pensam que se pode escrever como se fala, pois a pronúncia varia, por exemplo, de região para região em cada país e, por isso, não se pode grafar tal como se fala. Além disso, cabe perguntar por que países em que se falam línguas, como o francês ou o inglês, cuja ortografia reflete um estado lingüístico muito mais antigo ou a origem da palavra, não fazem uma reforma ortográfica drástica. Porque não é mais possível, uma vez que mudar completamente a ortografia significa condenar à obsolescência todo o material impresso. Em duas gerações ninguém mais será capaz, sem preparo específico, de ler tudo o que foi impresso até o momento. Ora, isso é impossível. Podia-se fazer reforma ortográfica radical até o início do século passado. Depois, com o crescimento das bibliotecas, dos acervos etc. não se pode mais pensar em alterar totalmente a ortografia.

Meia-sola

O terceiro erro sobre o acordo é que ele, de fato, não unifica a ortografia. Como disse um conhecido professor de português, é "uma reforma meia-sola". Os que afirmam isso se fundamentam no fato de que o tratado permite dupla ortografia nos casos em que no Brasil se acentua com acento circunflexo e em Portugal, com acento agudo, refletindo a diferença de timbre fechado e aberto (econômico/ económico; fêmur/ fémur; bebê/ bebê; gênio/ génio) e nos casos em que uma consoante seguida de outra não é pronunciada no Brasil, mas é falada em Portugal (por exemplo, facto/ fato; secção/ seção; sector/ setor; amnistia/ anistia; súbdito/ súdito; assumpção/ assunção). Afirmar que não houve a unificação é um erro porque as duas grafias passam a ser corretas no território da lusofonia. Hoje, é errado escrever ceptro e género no Brasil ou cetro e gênero nos outros países lusófonos. A partir da entrada em vigor do acordo, as duas grafias serão corretas em todos os países de língua portuguesa.

Isso quer dizer que, com muita sabedoria, unificou-se, respeitando-se a diversidade de pronúncia refletida em formas históricas de grafar.

Finalmente, muitos dizem que há coisas mais importantes a fazer do que tornar uniformes as ortografias. Poderia até ser verdade se pensarmos apenas do ponto de vista das carências educacionais nos países lusófonos. No entanto, para efeitos de difusão internacional e de implantação de uma política lingüística comum, a unificação é importante. Para os brasileiros, no entanto, está em jogo outra coisa. Em Portugal, muitos falam em recusar o acordo, em nome da manutenção da pureza da língua original, porque ele representa a "brasilianização da ortografia", "a colonização dos ex-colonizados". Os argumentos desses portugueses não têm fundamento na realidade. São fantasias.

Impasse

No entanto, apesar do que dizem as autoridades portuguesas, eles tiveram forte acolhida, pois Portugal, país depositário do acordo, nem sequer fez o comunicado aos países signatários, conforme determina o artigo 77 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 23/05/1969, de que ele está em vigor, por ter sido alcançado o número mínimo de ratificações. Esse comunicado é uma obrigação do país depositário, mas nem isso Portugal fez para não dizer oficialmente que ele está em vigência. A partir daí, o acordo passa a ser muito importante para o Brasil, pois o que está em questão é o fato de que Portugal pretende manter-se na posição de padrão de língua para os países lusófonos de África e de Ásia, de que Portugal nega ao Brasil um papel pleno no intercâmbio cultural e científico entre os países lusófonos e na difusão do português no mundo, na medida em que não reconhece, por exemplo, a certificação de proficiência brasileira ou a legitimidade de seus materiais didáticos e instrumentos lingüísticos. Portugal pretende ter um monopólio da política lingüística de propagação do português; Portugal deseja manter o mito de que é o guardião da pureza do idioma. Por essas razões, do ponto de vista simbólico, o acordo de unificação é relevante para o Brasil.

Artigo publicado na revista LÍNGUA PORTUGUESA, fevereiro de 2008.

Disponível no site:

http://www.marcosbagn.com.br/conteudo/arquivos/for_fiorin.htm

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
DISCIPLINA: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO I
CARGA HORÁRIA: 60 h/a – Período: **2010.2**
Nº. DE CRÉDITOS: 04

SOBRE O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

NÃO É REFORMA, MINHA GENTE, É SÓ UM ACORDO!

Me espanta sempre a falta de criatividade (se é esse o nome do problema) dos jornalistas quando o assunto é língua. Existem temas interessantíssimos e questões cruciais para a compreensão das complexas relações entre língua e sociedade, mas esses profissionais da mídia só querem tratar do óbvio. E, para piorar, não lêem o que seus colegas publicam, procuram os especialistas (ou os falsos especialistas, na maioria dos casos) e perguntam as mesmas coisas, para obter as mesmas respostas já impressas e reimpressas. Como sou um dos raríssimos linguistas brasileiros que descem da torre de marfim acadêmica e dão a cara a tapa na divulgação científica e na disposição ao debate em terreno leigo (só consigo pensar num único outro colega que também faz isso, Sírio Possenti, da Unicamp, em suas colunas semanais na internet), recebo todos os dias pelo menos um pedido de entrevista. E todos só querem saber de três entidades fabulosas: a "reforma" ortográfica (que não existe); o "gerundismo" (que também não existe) e a "língua" da internet (que existe tanto quanto a mula-sem-cabeça). As palavras empregadas já indicam, de saída, a absoluta falta de informação de quem faz as perguntas. Com isso, num exercício de paciência que, espero, vai acumular pontos no meu cartão-fidelidade para participar da comunhão dos santos, tento, primeiro, desmontar as perguntas para depois responder. Haja!

A quantidade de declarações infelizes, quando não francamente burras, que circulam hoje em dia sobre a questão ortográfica mereceria uma boa investigação sociológica. Por que esses discursos são tão refratários a qualquer racionalidade mínima? Por que é que pessoas, aparentemente inteligentes, têm coragem de dizer que a partir de agora não vamos mais dizer "lingüiça" mas "linghiça", porque o trema foi abolido? Que a supressão do acento em "ideia" vai dificultar saber se a vogal tônica é aberta ou fechada? Ora, não existe acento que diferencie "velha" de "telha", "a corte" e "o corte", "a cerca" e "ele cerca", e no entanto ninguém confunde o grau de abertura das vogais tônicas dessas palavras. Vamos estudar um pouquinho, gente?

Antes de tudo, é preciso bradar aos quatro ventos que não se trata de uma "reforma", mas simplesmente de um acordo que elimina as pequeninas diferenças que existem entre as duas convenções ortográficas que vigoram no mundo de língua portuguesa: a brasileira e a lusitana, que impera em Portugal e nos demais países ditos lusófonos. Uma reforma, para merecer esse nome, implicaria em alterações radicais na aparência escrita da língua, como aconteceu, por exemplo, em 1945, quando "physica" virou "física" e "rhythmo" virou "ritmo". Nada disso está sendo proposto agora. São apenas alguns

poucos acentos gráficos que deixarão de ser usados, junto com o trema (que, pelo amor de Deus, não é um acento!), além de uma regulação do uso do hífen. Com isso, somente 0,5% das palavras escritas em português brasileiro sofrem alguma alteração. É muito, muito pouco para alguém falar de "reforma". Mas muita gente fala! Perdoa, Pai, eles não sabem o que fazem...

Para não repetir o que já foi dito por outras pessoas mais competentes do que eu, remeto os leitores a dois textos primorosos, facilmente acessíveis. O primeiro é de José Luiz Fiorin e está disponível no meu site (www.marcosbagnoblog.com.br) com o título "E agora, Portugal?". O outro é de Carlos Alberto Faraco e está no site do Museu da Língua Portuguesa (www.estacaodaluz.org.br) com o título "Uma mudança necessária". Nesses dois textos, o que se destaca é a análise política que eles fazem do Acordo. É essa que deveria interessar aos jornalistas, e não as novas regras de acentuação, que são pouquíssimas e podem ser aprendidas de cor em meia hora. Como escreve C. A. Faraco, "Portugal transformou a duplicidade de ortografias num instrumento político para embaraçar a presença brasileira seja nas relações com os demais países lusófonos, seja na promoção internacional da língua". E é isso mesmo. Muita gente naquele país totalmente desimportante na geopolítica global teme que o Brasil assumira, de fato e de direito, as rédeas na condução dos destinos da língua portuguesa no mundo, como se isso não fosse inevitável. Com o apego à ortografia que vigora lá e nos demais países, Portugal impede a livre circulação de material impresso no Brasil, sobretudo livros didáticos e dicionários; não reconhece os diplomas de proficiência em língua portuguesa que nós expedimos; exige que os organismos internacionais publiquem todos os seus documentos segundo as normas da grafia instituídas por lá etc. Trata-se de uma política linguística tacanha, que tenta encobrir o sol brasileiro com a peneira minúscula da ortografia lusa. No Brasil vivem 90% dos falantes de português de todo o mundo. O português brasileiro (e não simplesmente "o português") é a terceira língua mais falada no Ocidente (depois do espanhol e do inglês). Se todos os habitantes de Portugal e dos outros países "lusófonos" (que de lusófonos não têm nada: neles só uma minoria fala português) deixassem de usar a língua, ainda assim essa posição do português brasileiro não se alteraria no panorama linguístico global.

Defender a validade e a necessidade do Acordo ortográfico é defender a importância do Brasil e do português brasileiro no cenário mundial. É conferir autoestima a um povo que, há meio milênio, vem sendo acusado de "arruinar" o "idioma de Camões". Arruinamos mesmo, pronto, e daí? Mas é sobre essas ruínas que estamos erguendo uma língua surpreendente, que deixa os linguistas fascinados com as inovações sintáticas que estamos introduzindo, uma língua que é a cara do nosso povo, como têm quer ser (e de fato são) todas as línguas do mundo.

Artigo de Marcos Bagno publicado na Revista Caros Amigos- Novembro de 2008.
Disponível no site do autor (<http://www.marcosbagnoblog.com.br/conteudo/arquivos>)